

VIVA A FALA BRASILEIRA!¹

Sônia Bastos Borba Costa

(Professora Associada de Língua Portuguesa do Departamento de Letras Vernáculas da Ufba)

Nosso festejado João Ubaldo, que sempre nos brinda com sua verve e seu respeito pela cultura popular, além de nos ter legado um clássico da literatura brasileira, *Viva o povo brasileiro*, vez por outra, manifesta opiniões sobre nosso falar, demonstrando o que, com boa vontade, poderíamos chamar de preocupação. Creio que uma pequena reflexão à luz da Lingüística moderna poderia trazer algum alento a João Ubaldo e a outros que com isso se ocupem.

Ser contra a mudança nas línguas é como ser contra o envelhecimento ou contra o comportamento inovador de nossos filhos. Simplesmente porque a mudança lingüística é natural. Ser contra a mudança nas línguas é, portanto, atitude rematadamente inócua: no máximo, podemos gostar ou não dessa contingência. Além disso, é preciso compreender que ela não é *ditada* por, propriamente, *razões*, respeitáveis ou não, ao menos razões que dependam de arbítrio, de manifestação volitiva consciente. As causas da mudança lingüística são de várias ordens, externas e internas, e, nesse último caso, incluem tendências embutidas na estruturação dos seus subsistemas (fonológico, morfológico, sintático, lexical, semântico), sementes de mudanças que, às vezes, podem ser detectadas por estudo sistemático de alterações pretéritas; mudanças podem, também, por exemplo, decorrer de contatos interlingüísticos.

É preciso ainda nos conscientizarmos de que a fala espontânea, quer de língua dita “de cultura”, quer de língua ágrafa, jamais é caótica, aleatória, desordenada. As pesquisas conduzidas pela Lingüística assim o demonstram. Qualquer língua natural tem uma *gramática* interna, adquirida pelos falantes nativos na infância, por combinação de capacidade cerebral inata com os estímulos que lhes advêm dos falantes adultos da comunidade de fala. A criatividade lingüística obedece, assim, a certas “leis”, mas não de alguns, e sim de todos, porque todos os falantes nativos de uma língua as dominam. Aqui, o que denominamos *gramática* se identifica com a estruturação natural da língua e não se confunde, portanto, com a *gramática normativa*, essa imposta e baseada em cânones literários, no prestígio de certos gêneros discursivos, de certas instituições e compêndios, como dicionários e manuais pedagógicos.

O que resta claro é que as expressões espontâneas, em qualquer língua, podem ser inopinadas, podem ser até julgadas feias, mas jamais são descabidas, “sem lógica”.

Toda língua é também multifária e traz implícitos mecanismos de renovação e ampliação dos seus recursos expressivos, constituindo conglomerado de falares adaptáveis a variados contextos, o que lhes confere riqueza e interesse, textura e sabor. Conscientemente ou não, sabemos que há variação de fala em qualquer contexto social, numa gradação que vai de variedades cotidianas, informais a outras mais ou menos formais. Como disse Guimarães Rosa, na voz do personagem Damásio, há a fala de “em dia-de-semana”, a que poderíamos opor uma fala “de domingo”, ou se preferirmos outra metáfora, falas em estilo praiano, em estilo esporte casual, em estilo engravatado. Todas as línguas apresentam essas variações que, se olhadas pelo prisma da criatividade e respeito (como aliás sempre faz o nosso escritor, quando trata a cultura de Itaparica, do boteco do Leblon e de outros sítios tão autenticamente brasileiros), são motivo de encantamento e até de diversão, mas jamais de desprezo ou inconformismo.

Aliás, a perspicácia de João Ubaldo em relação à fala brasileira está patente na sua crônica. É verdade que se usa *A moça que eu vi o pai ontem* e quem disser *A moça cujo pai eu vi* corre o risco de não ser entendido. Ou seja, o *cujo*, na fala, já é um arcaísmo. Além de *cujo*, temos também, entre outros, o pronome *vós*, o *seu* (possessivo de terceira pessoa verbal, que já substituímos pelo *dele*), o mais-que-perfeito do indicativo, na sua forma simples, e os pronomes *o* e *a*, formas de objeto direto, já estão bem avançados no desuso. São processos de mudança, alguns já operados, outros em curso, que não são caóticos, assistemáticos, têm as suas “regras”.

Um outro exemplo citado pelo autor, *eu tinha falado*, pode ser chocante porque parece irregular, talvez excessivamente inovador, mas pelo mesmo processo temos *eu tinha pego* e *eu*

¹ Originalmente publicado em A TARDE, Caderno CULTURAL, Salvador, 16.06.2007.

tinha pago, substitutos de *eu tinha pegado* e *eu tinha pagado* – como, muito adequadamente, ele observa. São formas inovadoras dos chamados “participios curtos”, ou seja, formas como *aceito*, *expulso*, *ganho*, *gasto*, que têm sido estendidos pela fala popular, e quem se interessa por ouvi-la sem preconceitos, já ouviu também, pelo menos, *eu tinha chego*. São, aliás, resultantes de processo análogo ao que nos deu *falto* (tão *chique*, pois não?), usado pelo autor. Ao estudarmos a história da língua portuguesa, vemos que, no português medieval, tínhamos *corto*, e, há não tanto tempo atrás, tínhamos *escrevido* e *fazido*.

O fato de *colocar* vir destronando *pôr* e *botar*, talvez se deva ao trocadilho sem graça com *botar ovo* e porque *botar* sempre foi discriminado como coisa de nordestino... É assim mesmo, palavras invadem territórios de outras, são submetidas, sucumbem ou sobrevivem a adversidades. Assim, o debilitado verbo *haver* vem sendo derrotado na língua portuguesa pelo verbo *ter*. O *haver* perdeu na acepção de posse (port. arc. *hei filhos*), vem perdendo na função de verbo auxiliar (*havia lido*) e também na acepção de *existir* (*há preconceitos lingüísticos no país*)

Em suma, porque temos uma língua própria, nós a continuamos, nós a enriquecemos, não a fazemos “decair”. A vitalidade e a legitimidade lingüísticas se constroem com inovações: umas apenas continuam caminhos compridos, começados há milênios, outras, mais novinhas; umas, por serem modismos, rapidamente abandonadas; outras, vitoriosas, são incluídas no domínio comum; umas, tomadas de empréstimo para logo serem esquecidas, outras para serem apropriadas, salivadas e mastigadas pela nossa gente e, como diria Oswald, antropofagizadas.

Creio, enfim, que alguns de nossos intelectuais tomam direção equivocada nesse terreno. Deveríamos prestar mais atenção à nossa fala, incorporar o que construímos aqui como nossa língua. Deveríamos nos ouvir com mais atenção, sem nos deixar impressionar por modismos, é certo, mas identificando o português que efetivamente falamos, que nosso povo vem construindo nesses cinco séculos de existência como nação multicultural e ricamente multidialetal.

Aproveito a oportunidade para desmistificar a impressão de que nós, que estudamos a língua de uma perspectiva não normativista, somos contra o domínio da norma prestigiada. Constituímos uma sociedade complexa, cuja língua é multifacetada, tanto na fala quanto na escrita, o que produz a necessidade de alguma normatização, para que possam ser cumpridas todas as suas funções. Por extensão, precisamos de um sistema escolar que democratize o domínio de alguma norma-padrão. Mas por que insistir em manter a nossa norma-padrão tão distante da nossa fala natural, da nossa história, da nossa constituição como povo? Afinal, para quem não sabe, a norma-padrão brasileira, aquela que está nas gramáticas normativas, foi “construída” no decorrer do século XIX, na perfeita contramão da nossa história. Enquanto o país caminhava no sentido de uma almejada independência política, e alguns da nossa elite intelectual debatiam a questão de termos ou não uma língua *brasileira*, outros intelectuais sedimentavam uma norma gramatical copiando a lusitana. Por sua vez, nossos irmãos lusos, em direção bem contrária à nossa, promoviam uma aproximação entre a sua norma-padrão e novas estruturas lingüísticas, desenvolvidas naturalmente por lá, a partir do século XVIII... Por que, por exemplo, continuamos ensinando nossas crianças e jovens a escrever e até tentar falar com pronomes enclíticos, construção tão avessa ao natural falar brasileiro e ao falar português anterior ao século XVIII? A mudança que produziu a ênclise pronominal preferencial se processou lá, e nós a copiamos, sem que jamais essa mudança se tivesse processado naturalmente no Brasil. Por que os nossos intelectuais não criticam os desequilíbrios sintáticos patentes em textos escritos no Brasil, por tentativa de fazer ênclises, tão estrangeiras a nós?

O lingüista Carlos Alberto Faraco, em trabalho publicado em 2002² cita carta de leitor à *Folha de São Paulo*, que diz ser preciso “pôr a nu a hipocrisia dos que se servem da dita norma culta (ah, essa dona Norma...) para humilhar milhões de brasileiros e para excluí-los da vida política e dos bens culturais”. Lendo isso, eu me perguntei onde está essa D. Norma (e, observe-se que aqui se fala de norma culta, que não é o mesmo que norma-padrão).

² *Norma padrão brasileira: desembaraçando alguns nós*. In: Marcos Bagno (org.) *Lingüística da Norma*, São Paulo: Loyola.

Insisto. Que ambientes frequenta a nossa norma-padrão? Manuais de redação dos considerados grandes jornais do país? A escrita dos nossos jornalistas, literatos, cientistas? Os discursos dos nossos políticos? Os telejornais, as teleentrevistas? Os arrazoados e normas dos juristas? A pregação religiosa? A fala ou a escrita de profissionais de todas as partes do país? De qual parte? Aí está. Quem deve ser tomado como modelo? E é muito importante, para que sejam efetivos, que os modelos prestigiados sejam reais, audíveis, *líveis* na realidade que cerca o usuário.

Os que vimos batalhando há décadas no ensino universitário da língua portuguesa queremos fazer um convite: que se aproximem os que se motivam pela história da língua que falamos e que nos fala. Queremos partilhar o que temos conseguido aprender com nossos compatriotas, desde os Fabianos atormentados pelo mutismo angustiado, aos loquazes Riobaldos, aos pitorescos e criativos Odóricos; e chamamos de português brasileiro, variedade nacional da língua portuguesa, todas as falas da nossa gente, que nos merecem o mesmo respeito que a saborosa tagarelice das Emílias e os magníficos discursos das Mães Rufinas e dos Negos Leléus.